

## 5

### Sobre os atos de fala do analista

Às vezes, acho que você não sabia bem onde ia dar, mas tinha de fazê-lo, era o momento exato. O fato é que seu ato mudou o curso de minha análise. Nada mais do que eu falava antes me toca; passei um tempão me perguntando quais teriam sido suas intenções, desisti, deixei de procurar compreender o que se passa na sua cabeça, é um enigma. Antes, eu tinha uma lógica, agora tenho de elaborar do nada, não tenho nenhuma pista de onde partir. (Zalcborg, 1990, p.81)

Para dar início a nossa discussão sobre a interpretação psicanalítica, detenhamo-nos um pouco sobre este trecho acima, uma passagem de um caso clínico relatado por Zalcborg em um artigo intitulado “O psicanalista e seu ato”. As percepções deste analisando quanto à sua própria análise deixam transparecer de forma simples e clara a singularidade do ato realizado pelo analista na clínica. Essas percepções nos conduzem a um ponto que consideramos nodal em nosso trabalho: como definir o papel (ou a função) do analista em psicanálise? Esta pergunta não é nada simples. Percebemos que há uma certa dificuldade em respondê-la, até mesmo pelos próprios psicanalistas. Quando são convocados a isso, geralmente recorrem a conceituações teóricas ou a fragmentos de casos clínicos, como fizemos agora ao introduzir este tema. Nesses casos podemos perceber os “efeitos” da intervenção, mas não o ato do analista propriamente dito. Talvez tal dificuldade se deva justamente à natureza desse ato, que o mais das vezes é um ato de fala.

O quanto a definição do ato do analista aos moldes de um ato de fala pode contribuir para o esclarecimento do que ocorre na clínica psicanalítica?

Tentaremos esboçar ao longo deste capítulo uma resposta para esta questão. Com este objetivo vamos proceder inicialmente a uma circunscrição daquilo que ficou consagrado como o instrumento por excelência do analista – a interpretação – tendo como base a obra de Freud. Para tanto, nos apropriaremos também de outros autores que se dedicaram ao tema da interpretação psicanalítica.

## 5.1

### Interpretação dos Sonhos: a base da técnica de interpretação em psicanálise

A obra freudiana, como sabemos, foi elaborada tendo por base sua experiência clínica. Através desta ele vai moldando e reformulando suas concepções teóricas, sendo tanto a técnica como a teoria psicanalítica frutos de uma prática. Somente este fato já atestaria a relevância de um estudo sobre a *interpretação* que sempre esteve no centro da experiência clínica freudiana. No entanto, nossos motivos são ainda maiores para nos deter sobre este ponto: em 1900, Freud diz com todas as letras que “ ‘interpretar’ um sonho implica atribuir a ele um ‘sentido’ ”(Freud,1996[1900],p.131) Mas como este sentido é formado? Como se chega a ele?

Para tratar da questão do sentido em psicanálise o primeiro fator que precisamos ter em mente é que o domínio do inconsciente sempre foi tratado por Freud como um lugar de superposições e rearranjos de sentidos, e não como um depositário de sentidos fixos e imutáveis. Isso já é delineado por ele antes mesmo do estabelecimento deste conceito de um ponto de vista propriamente psicanalítico. Estamos nos referindo a uma carta endereçada a seu amigo Fliess, a famosa carta 52:

...Como você sabe, estou trabalhando com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico tenha-se formado por um processo de estratificação: o material presente em forma de traços da memória estaria sujeito, de tempos em tempos a um *rearranjo* segundo novas circunstâncias – a uma *retranscrição*. (Freud, 1996[1896], p.281 - grifos no original).

Por isso, a interpretação não visa alcançar um sentido último, mas apontar sempre para um sentido novo, daí a colocação de que interpretar um sonho seria atribuir a ele um sentido. E é justamente neste ponto que reside o efeito propriamente terapêutico da interpretação: através da produção de novos sentidos o paciente consegue se desatar de seus sintomas.

A *Interpretação dos Sonhos* fornece o solo sobre o qual podemos calcar a técnica de interpretação construída por Freud. Segundo ele, o trabalho de interpretação segue as vias do trabalho do sonho, só que pelo caminho inverso. De forma sucinta, enfocaremos aqui os dois mecanismos fundamentais deste

trabalho: a condensação e o deslocamento.<sup>1</sup> Freud postula esses mecanismos partindo da forma assumida pelos sonhos, mas depois ele estende esse funcionamento a outras produções psíquicas, e passa a tomá-los como leis gerais do próprio inconsciente seja na formação de sonhos, sintomas, atos falhos etc.

É por meio destes mecanismos que o conteúdo latente dos sonhos (ou pensamentos oníricos) se transformam em conteúdo manifesto (aquilo que é lembrado).

Freud chega à inferência do mecanismo de condensação de maneira simples, pela observação de que “os sonhos são curtos, insuficientes e lacônicos em comparação com a gama e riqueza dos pensamentos oníricos”(Freud, 1996[1900], p.305) Se escrevermos um sonho num papel, diz ele, talvez ele ocupe meia página; se relatarmos a análise dos pensamentos oníricos a ele relacionados, ocupá-riamos várias páginas. Isso ocorre porque

cada elemento do conteúdo do sonho é ‘sobredeterminado’ pelo material dos pensamentos oníricos, podendo sua origem remontar a toda uma série deles. (...) O elemento onírico é, no sentido mais estreito da palavra, o ‘representante’ de todo esse material diverso no conteúdo do sonho. (Freud, 1996[1900], p.672)

Outro mecanismo de que se vale o trabalho do sonho para sua produção é o deslocamento: por conta desse processo uma intensidade psíquica ligada a um determinado pensamento se transfere para outros de menor importância. É por isso que muitas vezes temos nítidas recordações de fragmentos do sonho que nos parecem absurdos, sem sentido. Para Freud, este é o processo que mais dificulta o trabalho de ligação entre o conteúdo do sonho e os pensamentos oníricos.

São esses mecanismos que fundamentam o trabalho interpretativo, só que em outra direção, isto é, partindo daquilo que é trazido à tona pelo analisando (o conteúdo manifesto) deve-se visar os pensamentos latentes a ele relacionados. Isto caracterizaria então o trabalho de análise. No entanto, cabe aqui uma ressalva: “não se deve esquecer que o que se escuta, na maioria, são coisas cujo significado só é identificado posteriormente”. (Freud 1996[1912], p.126) Essa é uma das importantes recomendações de Freud em seus artigos sobre a técnica psicanalítica. Daí o conselho de que o analista mantenha uma atenção flutuante como

---

<sup>1</sup> Os demais mecanismos apresentados por Freud (considerações à representabilidade e elaboração secundária) por se referirem mais especificamente aos sonhos não serão explorados aqui, pois fugiriam ao escopo deste trabalho.

convencionou-se chamá-la. Portanto, não existe um significado prévio do sonho e por esse motivo a interpretação não pode ser nem “pré-moldada”, nem reproduzida, já que sempre está vinculada ao que o analista “escuta” em determinado momento, ao material atual, aquilo que se acha presente na superfície da mente do paciente.

No entanto, Freud nos adverte que este trabalho interpretativo sempre esbarra em um limite que é denominado por Freud como “umbigo do sonho”: “existe pelo menos um ponto em todo sonho ao qual ele é insondável – um umbigo, por assim dizer, que é seu ponto de contato com o desconhecido”. (Freud, 1996[1900], p.145) Isso significa que a interpretação nunca é unívoca e completa, apresentando limites e um inacabamento intrínseco. A partir disso, podemos inferir que toda interpretação sempre envolverá uma dimensão criativa, mas sempre referida à cadeia associativa do analisando e ao momento específico do tratamento.

A interpretação psicanalítica possui uma especificidade: ela se caracteriza como uma produção teórica e metodológica original, ao pretender possibilitar ao sujeito uma resignificação de sua história, visando sempre seu desejo inconsciente. Afasta-se assim dos modelos de interpretação utilizados tradicionalmente pelo senso comum, pois apesar de ambos partilharem a existência do postulado do sentido, a interpretação freudiana estabelece uma relação dialética entre sujeito e sentido.

Freud em 1900, preocupado em estabelecer uma nova técnica de interpretar os sonhos que se adequasse às premissas psicanalíticas, se contrapõe aos métodos utilizados pelo senso comum – a interpretação simbólica e o deciframento.

O método do deciframento é o que mais se aproximaria dos objetivos psicanalíticos se comparado à interpretação simbólica, porém, como pontua Birman

Sua superioridade inicial face ao método da interpretação simbólica, assinalada pela substituição de um sentido único totalizante por uma *diversidade de núcleos de significação* e indicada pela representação do sonho como sendo um *tecido articulado de signos*, se fecha imediatamente num universo restrito e predeterminado de sentido, pois se supõe neste caso um esquema fixo de significações, ou uma ‘chave dos sonhos’ conforme a caracterização de Freud”. (Birman, 1991,p.78 – grifos no original)

Freud adota, então, uma posição inovadora batizada por Birman de *método psicanalítico de deciframento* ou *deciframento psicanalítico*, adequado ao novo objeto de investigação que estava sendo construído,

pois nele o ato da interpretação se desloca da ‘intuição’ e da ‘engenhosidade’ fluidas do intérprete para a solidez do instrumento metodológico. Além disso, ao considerar o sonho como uma tessitura multifacetada de signos – sem atribuir a ele, *a priori*, um sentido totalizante -, pressupõe que sua estrutura seja análoga à de um texto, reencontrando assim a linguagem, paradigma do sentido por excelência. (Birman,1991,p.79)

Nesse novo método, as possibilidades de sentido são ilimitadas, podendo fazer frente à diversidade e singularidade dos sujeitos. Freud parte da hipótese da existência de sentido na realidade psíquica e, por isso, toda interpretação atua sobre outras interpretações já construídas pelo próprio sujeito. Quando um analisando conta um sonho, o sentido que vai dando a ele já é uma interpretação sua sempre relacionada a seu desejo. Freud vai mais além e diz que a própria narrativa onírica, isto é, as imagens do sonho, já constituem uma interpretação. Sendo assim, Foucault tem razão ao dizer que “não há nada absolutamente primário a interpretar, porque no fundo já tudo é interpretação, cada símbolo é em si mesmo não a coisa que se oferece à interpretação, mas a interpretação de outros símbolos”. (Foucault, 2000 [1975], p.57) Esta seria uma das marcas interpretação freudiana.

Inclusive Freud, não interpreta símbolos, mas interpretações. Com efeito, porque sob sintomas, que é que descobre Freud: não descobre, como é vulgar dizer-se, ‘traumatismos’, antes rouba à luz do dia fantasmas, com a sua carga de angústia, ou seja, um emaranhado cujo ser próprio é fundamentalmente uma interpretação. (...) É pelo que Freud interpreta, a linguagem dos seus doentes, o que eles lhe oferecem como sintomas; a sua interpretação é uma interpretação de uma interpretação, nos termos em que esta interpretação for dada. É sabido que Freud inventou o ‘superego’ no dia em que um doente lhe disse: ‘eu sinto um cão em cima de mim’. (Foucault, 2000 [1975], p.58)

Isso faz com que a interpretação remeta sempre a outra, constituindo-se como um *processo* infinito e não como um ato pontual que pretenda em si mesmo a totalização do sentido.

A inovação fundamental introduzida por este método de deciframento é que, no procedimento das associações livres, cada passagem de um elemento a outro, cada percurso no deslizamento minucioso através dos detalhes, cada caminho aberto nas ramificações das diversas cadeias associativas, é o próprio *trabalho de interpretação*. (Birman, 1991, p. 82 – grifos no original)

Partindo desse princípio, o analisando é necessariamente um intérprete e não um objeto passivo aguardando a próxima intervenção; o trabalho analítico se dá necessariamente em conjunto, intersubjetivamente. O analisando participa ativamente do trabalho de interpretação através de suas associações. A referência desta fala guiada pela regra fundamental deve ser a realidade psíquica; o analisando deve dizer tudo o que lhe vem a cabeça e o analista deve valorizar tudo “mesmo o que é considerado secundário para a concepção de verdade no registro da realidade material”. (Birman, 1991, p.82)

A especificidade do deciframento psicanalítico também pode ser destacada contrapondo-o à técnica de interpretação simbólica. Quando se dedicou, por exemplo, aos “sonhos típicos” Freud fez uso desta técnica, embora de forma diferente da utilizada pela tradição popular, pois se tratava de articular a universalidade simbólica (que transcende a singularidade subjetiva) e o modo como ela incide em cada sujeito em particular.

No entanto, assim como fez com o deciframento, Freud imprimiu a sua marca também neste método; sua ligação com a interpretação simbólica fê-lo se interessar cada vez mais pelo significado das palavras e principalmente por sua *polissemia*, o que não era valorizado no uso tradicional deste método (Birman, 1991).

## 5.2

### **A configuração do contexto analítico**

Ao longo do percurso freudiano podemos depreender diversas maneiras de definir o conceito de interpretação. Isto, de forma alguma, expressa algum tipo de “confusão de idéias”, mas aponta os diferentes usos que este conceito técnico vai assumindo ao longo da obra. Paralelamente a essas diferentes formas de definição o ato desempenhado pelo psicanalista e a própria configuração do contexto analítico como um todo vão sofrendo remodelações, já que a interpretação psicanalítica só pode ser pensada no conjunto do dispositivo analítico inventado por Freud. Acompanhem algumas dessas transformações.

No artigo “O Inconsciente” de 1915 foram levantadas hipóteses na tentativa de dar conta de como uma representação inconsciente se transforma numa consciente, ou dito de outro modo, como é feita a passagem do registro do sistema inconsciente para o sistema pré-consciente/consciente. Uma destas hipóteses é a da dupla inscrição, que se pautava numa perspectiva topográfica; haveria a mesma inscrição em duas localidades diferentes. Outra hipótese apresentada é a funcional, segundo a qual a passagem inconsciente/consciente se daria por uma transformação no estado da inscrição e não pela realização de uma inscrição nova, dando relevância à dimensão econômica do processo de transformação. Não basta dizer algo ao analisando; é preciso que este reviva no espaço analítico as situações inscritas, para que estas possam adquirir a dimensão da palavra. Esta importância da “revivência” já fora referida desde a época da cura catártica, com o conceito de *ab-reação* afetiva para a resolução da experiência traumática. Mas, com a consolidação e domínio do conceito de *transferência* no cenário analítico, esta exigência se estabeleceu de uma vez por todas.

Finalmente a hipótese mais consistente é apresentada: a representação de objeto consciente se comporia da representação de coisa mais a representação de palavra, enquanto na representação inconsciente só haveria a representação de coisa, ou seja, a representação de coisa estaria desligada da representação de palavra.

Essa última hipótese é contemporânea ao artigo técnico “Recordar, Repetir e Elaborar” de 1914, que enfatiza a necessidade de elaboração para que a articulação entre a representação de coisa e a representação de palavra possa se dar. Neste artigo aparece pela primeira vez a idéia de “compulsão à repetição” (Freud, 1996[1914], p.166). Durante o tratamento, o paciente não recorda simplesmente algo que esqueceu, mas atua-o, isto é, repete-o sem saber que está repetindo. Por exemplo, “o paciente não diz que recorda que costumava ser desafiador e crítico em relação à autoridade dos pais; em vez disso, comporta-se dessa maneira para com o médico”. (Freud, 1996[1914], p.165) Geralmente o início do tratamento é marcado por uma repetição desse tipo e durante o mesmo o paciente não escapa dessa compulsão a repetir. O instrumento utilizado pelo analista para transformar essa repetição em recordação reside no manejo da transferência. Por meio dela o analista será capaz de revelar ao paciente suas resistências; mas o trabalho não se encerra aí. A novidade introduzida neste artigo é justamente a necessidade de dar ao paciente um tempo para que se familiarize com sua resistência, “para *elaborá-la*, para superá-la, pela continuação, em desafio a ela, do trabalho analítico segundo a regra fundamental da análise”. (Freud, 1996[1914], p.170 – grifo no original)

Pelo trabalho de *elaboração* a representação de coisa vai sendo ligada em representação de palavra, através das cadeias associativas resultantes do trabalho do analista sobre as resistências. Assim, a compulsão à repetição vai dando margem à sucessivas interpretações na transferência que, por sua vez, desencadeiam novas associações por parte do analisando e deste modo, o papel da linguagem se destaca mais uma vez na obra freudiana, pois é através dela que as mudanças se desencadeiam, como é assinalado pelo próprio Freud:

Essa elaboração das resistências pode, na prática, revelar-se uma tarefa árdua para o sujeito da análise e uma prova de paciência para o analista. Todavia, trata-se da parte do trabalho que efetua as maiores mudanças no paciente e que distingue o tratamento analítico de qualquer tipo de tratamento por sugestão. (Freud, 1996[1914], p.171)

No trabalho de 1923, *O Ego e o Id*, marca de estabelecimento da segunda tópica, Freud retoma a temática da representação de objeto consciente e inconsciente. Rudge (1998) mostra como o trabalho analítico neste momento se caracterizava por fornecer, através das interpretações, “elementos verbais como membros intermediários de ligação (*Mittelglieder*) pré-conscientes que entrem em contato com as representações de coisa”. (Rudge, 1998, p.85) Enfatiza-se mais uma vez o papel da linguagem pois é através dela “que o pulsional, originalmente ‘isso’, é incluído na esfera do eu”. (Rudge, 1998, p.85)

O contexto analítico se configura, assim, como um lugar onde tanto a fala quanto a escuta adquirem contornos especiais capazes produzir efeitos no analista e no analisando. Isso faz com que os conceitos de interpretação, associação-livre e transferência reforcem ainda mais a legitimidade da conexão entre a psicanálise e a visão performativa de linguagem.

### 5.3

#### **Interpretações e Construções em Análise**

Quando a psicanálise se defronta com a pré-história do sujeito, formada sob o recalque originário, o analista recorre à técnica da construção, uma estratégia metodológica complementar à interpretação, mas com algumas diferenças.

A construção é uma narrativa em que histórias referentes à vida do analisando são recontadas a partir do saber que se construiu na experiência analítica. Ela é uma criação pelo analista e analisando de algo novo, até então inexistente no campo da realidade psíquica do analisando, que passa a existir a partir dessa experiência. Se quisermos deduzir algum valor de verdade de uma construção, trata-se de uma verdade da subjetividade, inscrita fundamentalmente no registro do mito e não da factualidade. “Com isso, evidentemente, se explicita também que, em psicanálise, a verdade do sujeito é a *verdade simbólica*, correlata de uma *história mítica do sujeito*”. (Birman, 1991, p.89 – grifos no original)

No entanto, contrapor interpretação e construção como se a primeira visasse a rememoração de algo por parte do analisando, e a construção fosse uma criação, não parece ser muito eficiente. Se uma interpretação toca em coisas do passado é devido aos efeitos que foram produzidos por ela, mas não que este seja seu alvo. Até porque o próprio Freud faz, em um de seus últimos trabalhos, uma equiparação entre a rememoração de uma lembrança e a convicção do analisando despertada por uma construção, pois no processo de análise uma conjectura do analista pode se transformar em convicção do paciente. Freud confere a ambas o mesmo valor psíquico.

O caminho que parte da construção do analista deveria terminar na recordação do paciente, mas nem sempre ele conduz tão longe. Com bastante frequência não conseguimos fazer o paciente recordar o que foi reprimido. Em vez disso, se a análise é corretamente efetuada, produzimos nele uma convicção segura da verdade da construção, a qual alcança o mesmo resultado terapêutico que uma lembrança recapturada. (Freud, 1996[1937], p.284)

Posição semelhante temos quanto à avaliação da veracidade de uma interpretação ser feita pela rememoração do analisando e concordamos com a colocação de Rudge (1990), segundo a qual

Se o inconsciente não é saber em palavras, não há palavras a serem reencontradas pelo analista em sua interpretação. A interpretação psicanalítica não traduz um pensamento ou um texto inconsciente; o critério de verdade como referido a uma ordem de correspondência da fala interpretativa com alguma inscrição previamente existente no inconsciente não pode se aplicar a ela. O desejo inconsciente, ‘verdadeira realidade psíquica’, é incognoscível. A interpretação só o toca pelos efeitos, é formulada para ‘produzir ondas’. (Rudge, 1990, p.119)

O critério de avaliação tanto da interpretação quanto da construção, qual seja, sua validação pela experiência transferencial e pelas associações que emergem como efeito das mesmas, nos parece adequado a todo tipo de intervenção em análise e apresenta grande semelhança ao critério utilizado por Austin para avaliação dos atos de fala: sua felicidade ou infelicidade, ou em outras palavras, sua eficácia. Esta, por sua vez, só podendo ser avaliada pelos efeitos produzidos.

## 5.4

### A interpretação como perspectiva de mudança

Toda intervenção feita pelo analista tem em vista produzir efeitos no analisando; esta é a sua razão de ser. Partindo da premissa de que o sujeito que chega ou está em análise apresenta algum tipo de sofrimento, podemos dizer que, de modo geral, as intervenções do analista visam alterar esse quadro, por outras palavras, visam produzir mudanças no paciente. Na própria obra de Freud nos deparamos com essa temática: “pois uma psicanálise não é uma investigação científica imparcial, mas uma medida terapêutica. Sua essência não é provar nada, mas simplesmente alterar alguma coisa”. (Freud, 1996[1909], p.97)

Portanto, a interpretação psicanalítica não visa apenas uma busca infinita de um sentido último, mas uma transformação do sujeito de forma que ele deixe de sofrer. É quanto a esse objetivo que se torna possível dizer que a interpretação psicanalítica não se configura como uma pura hermenêutica (que de maneira simples pode ser definida como uma tentativa de esgotar as possibilidades de sentido de algo através de interpretações). Isso fica claro quando Freud diz que “a interpretação de sonhos não deve ser perseguida no tratamento analítico como arte pela arte, mas que seu manejo deve submeter-se àquelas regras técnicas que orientam a direção do tratamento como um todo”. (Freud, 1996[1911], p.104)

Um artigo de James Strachey datado de 1933 se tornou clássico em psicanálise justamente por marcar a especificidade da interpretação psicanalítica como sendo sua potência em provocar mudanças – *interpretação mutativa*.<sup>2</sup> O interesse neste artigo em especial se deve à grande ênfase dada ao trabalho de interpretação como instrumento de mudança.

Como sugere o artigo, a ação terapêutica da psicanálise se dá pela interpretação. Mas como definir a ação que a interpretação realiza? Acompanhemos o raciocínio do autor<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> O título do artigo é *The Nature of the Therapeutic Action of Psychoanalysis*, publicado no J. Psycho-Anal. (1969) 50, 275-291.

<sup>3</sup> No decorrer do artigo nos deparamos com alguns usos dos conceitos psicanalíticos que soam como uma perspectiva de cunho desenvolvimentista do autor. Não é nosso interesse aqui defender ou criticar tal postura, mas apenas acompanhar seu pensamento quanto à caracterização da interpretação mutativa.

Segundo Strachey, a clínica psicanalítica procura trabalhar sobre a resistência do paciente, na tentativa de livrá-lo da mesma. Mas como isso pode ser feito em termos práticos? Uma das tentativas poderia ser a indução ou convencimento do paciente a abandonar suas resistências em prol de sua melhora. Tal estratégia poderia ter algum êxito no início do tratamento, pois teria como aliada a vontade de melhora do paciente; no entanto, esta tentativa mostra sua inadequação bastante cedo, e o motivo é que a resistência é inconsciente. O trabalho sobre a resistência se torna possível através da transferência e, além disso, ela própria é passível de análise.

Na transferência, a libido do paciente se concentra cada vez mais na relação com o analista e assim, conflitos da vida do paciente podem ser revividos e novas soluções podem ser tomadas; soluções não mais guiadas pelo método primitivo e inadaptável ditado pela repressão, mas em maior contato com a realidade.

Para Strachey, uma das maneiras de teorizar a mudança que se quer alcançar pode ser sumarizada da seguinte forma: conseguir com que o ego do paciente se reconcilie com sua libido, obtendo com isso pelo menos um certo grau de satisfação. Para isso, é preciso que haja alterações no psiquismo do paciente, que podem ser obtidas em consequência da ação da análise sobre o mesmo; a arma privilegiada com a qual o analista conta para tal fim é a interpretação.

O autor considera que a parte do psiquismo especialmente sujeita à influência do analista é o superego e como este é o principal responsável pela manutenção da repressão e da resistência, torna-se um dos alvos primordiais da ação terapêutica. A situação analítica se configura como um contexto favorável às alterações almejadas, pois envolve uma relação complexa entre duas pessoas, da qual Strachey destaca duas características: o paciente em análise tende a direcionar suas pulsões do id à figura do analista e, em segundo lugar, tende a colocar o analista no papel de um substituto de seu próprio superego. O paciente toma o analista como um “superego auxiliar”, segundo a denominação dada pelo autor.

---

Diferentemente do que ocorre em sua vida cotidiana, na qual repete padrões de comportamento ditados pela repressão, o paciente em análise terá oportunidade para criar uma situação diferente. Agora, devido às peculiaridades da situação analítica e pelas atitudes do analista, o paciente tende a introjetar a imago do analista como uma parte separada do resto de seu superego. Uma importante característica do “superego auxiliar” é que seus conselhos ao ego são baseados em considerações reais e contemporâneas e isto serve para diferenciá-lo do superego original. Esta separação torna-se evidente nos estágios iniciais do tratamento, estando conectada à regra fundamental da livre associação; é como se o novo “pedaço” de superego permitisse ao paciente dizer tudo o que lhe vem à cabeça. Mas esta posição satisfatória não perdura por muito tempo; logo ocorre um conflito entre o novo “pedaço” e o restante do superego.

Embora a autoridade deste “novo” superego seja limitada, esta relação peculiar entre analista e paciente parece colocar o primeiro numa posição privilegiada de atuação, que se dá basicamente pela interpretação. A interpretação tem, como confessa Strachey, muitas das qualidades de uma arma mágica e poderosa, fato que é sentido e percebido não só pelos analistas, mas também pelos pacientes.

O autor aponta que nos deparamos em psicanálise com diferentes usos da palavra interpretação e por isso pretende destacar um tipo especial de interpretação, aquela que realmente provoca efeitos e mudanças no paciente, e por conveniência a batiza de *interpretação mutativa*. Na terminologia utilizada pelo autor, ela é mutativa quando produz uma brecha no círculo vicioso neurótico, que o mantinha preso a um estágio infantil de desenvolvimento, permitindo, desta forma, que continue seu progresso.

A interpretação mutativa deve ser governada por pequenas doses; as mudanças são resultantes de uma síntese de pequenos passos, cada qual correspondendo a uma interpretação mutativa. A justificativa dada por Strachey para esse princípio é que o senso de realidade do paciente possui um limite estreito. A fraqueza de seu ego deixa-o à mercê de seu superego, fazendo com que o paciente tenha que lidar com a realidade em doses mínimas. Estas doses, a análise vai lhe proporcionando pelas interpretações. No entanto, é impossível delimitar uma “dosagem” ideal; não há receita para isso, pois vai depender da especificidade de cada caso. Contudo, é essencial o próprio analista ter condições de “manusear” o material que vem à tona por suas interpretações. Strachey lembra um dos artigos de Reich no qual este faz uma interessante analogia deste caso com o de um arqueólogo que, se for incompetente, afoito e desajeitado, pode obliterar a possibilidade de reconstrução da história de uma importante cidade.

Strachey apresenta uma outra dificuldade enfrentada pelos analistas: não saber quando chegou o momento de fazer uma interpretação; por isso, diz ele, eles muitas vezes são tentados a fazer outras coisas como perguntas, conselhos, discursos sobre teoria ou dar interpretações ambíguas e inexatas. Tal dificuldade pode ser explicada pela impossibilidade de delimitar previamente se uma interpretação será frutífera ou não, assim como não há como saber se o momento é certo ou não. Por mais experiência que tenha o analista, ele está sujeito a cair em algumas “ciladas”, contudo, isso só poderá ser avaliado *após* a interpretação ter sido feita, como estamos ressaltando em nosso trabalho.

Algumas características peculiares à interpretação mutativa a aproxima em alguns pontos da leitura que estamos valorizando do conceito de interpretação. Ela deve ser *emocionalmente imediata*, ou seja, deve se referir a um conteúdo atual, presente transferencialmente. Nem toda interpretação é mutativa, assim como nem toda fala é ato.

A psicanálise nos oferece, com relação à concepção austiniana dos atos de fala, novos meios de distinguir falas que são verdadeiramente atos de fala das que não o são. As falas reprodutivas de um saber estabelecido, falas egóicas que evidenciam a identificação com o poder, não poderiam ser consideradas como verdadeiros atos de fala. A criação de algo novo através da fala depende do ato de verdadeiramente tomar a palavra. (Rudge, 1998, p.138)

Por último, é preciso que fique claro que as mudanças dinâmicas na mente do paciente possibilitadas pela interpretação mutativa só são possíveis em sintonia ao trabalho do próprio paciente. O material trazido por este é material vivo, que por si mesmo adquire movimento desde que lhe seja dada oportunidade. Esta oportunidade é propiciada de forma privilegiada (mas não exclusiva) pela situação analítica.

## 5.5

### A interpretação como um ato de fala

Nosso próximo passo é relacionar a fala que está em jogo na situação analítica, tendo em mente todos os seus elementos específicos, com a concepção de linguagem que nos parece se adequar a ela. Vamos partir, então, das seguintes indagações levantadas por Rudge:

O quanto a lingüística estrutural, que toma como seu objeto a língua, abstração que desconsidera o sujeito falante e a referência, pode esclarecer ou dificultar a teorização da interpretação psicanalítica, que é a fala de um sujeito em um campo intersubjetivo, visando o desejo inconsciente que está presente neste campo? (...) Que concepção de linguagem dá conta de uma fala que provoca, a partir de seu sentido, esse efeito no analista de deixá-lo surpreendido e vacilante, e que o remete para a possibilidade da interpretação? Isso por colocá-lo num lugar em que ele não estava situado anteriormente? (Rudge, 1990, p.113-114)

Para a linguagem implicada na psicanálise a teoria austiniana dos atos de fala oferece elementos valiosos. O que Austin propõe é uma forma diferenciada de conceber a relação da linguagem com o real: não de descrição ou conhecimento, mas de ação sobre o real, isto é, seu interesse se volta para a performatividade da linguagem enquanto ato. O deslocamento que ele empreende do aspecto locucionário para o aspecto ilocucionário do ato de fala, residindo aí sua idéia de força, o aproxima da psicanálise, pois abre espaço para a inserção do desejo implicado no ato de fala.

Acompanhamos no primeiro capítulo deste trabalho todas as características destes atos definidos por Austin, e vimos que o ilocucionário (que comporta a dimensão eminentemente performativa da fala) não obedece a um propósito previamente definido. Da mesma forma, as interpretações e construções do analista, só podem ser avaliados por seus efeitos, seus resultados, pelas transformações que produzem. Talvez resida aí a dificuldade em caracterizá-lo, já que não há um caminho definido para alcançá-lo e por ser um performativo não pode ser reproduzido. O performativo é sempre relativo a seu contexto de enunciação, estando atrelado a um determinado campo intersubjetivo e, por esse motivo, não pode ser repetido.

O performativo é ato de autoridade, só pode se efetuar se o enunciador tem o poder de fazê-lo, e é único e datado, porque cria um acontecimento. Não pode, portanto, ser reproduzido. Quando ocorre de novo, é um novo ato. Sua propriedade singular é, portanto, a de ser sui-referencial, porque sua referência é a própria realidade que ele constitui, enquanto ato. (Rudge, 1998, p.97)

Da mesma forma, uma interpretação feita pelo analista só poderá ser avaliada *a posteriori*, não porque o analisando concorde ou discorde dela, mas pelos efeitos de transformação do campo transferencial que ela venha a promover, fazendo emergir novas significações. É justamente isto que Freud esclarece em “Construções em Análise”, de 1937, texto em que percebemos uma postura eminentemente pragmática do autor, valendo a pena dedicarmos maior atenção a ele.

Freud inicia o texto comentando uma crítica feita por um “homem de ciência” o qual não foi identificado no artigo, que dizia que em psicanálise quando o paciente concorda com uma interpretação, o analista a toma como correta; quando o paciente se opõe a ela atribui-se a oposição à resistência e o analista continua estando certo.

Freud mostra que, realmente, em psicanálise um ‘não’ de um paciente como resposta não é suficiente para nos fazer abandonar uma interpretação como sendo incorreta; mas isso não porque o analista é aquele que sempre está com a razão, como supõe a crítica acima, mas porque o ‘sim’ ou o ‘não’ dos pacientes durante o tratamento analítico, isto é, sua expressão de concordância ou de negação, apresentam uma característica especial: eles são ambíguos, podendo ter vários significados diferentes. Por exemplo, um ‘sim’ pode significar “que ele reconhece a correção da construção que lhe foi apresentada, mas pode também não ter sentido ou mesmo merecer ser descrito como ‘hipócrito’”. (Freud, 1996[1937], p.280) O ‘não’ da mesma forma, dificilmente trata-se de uma discordância legítima; na maioria das vezes ele expressa uma resistência. Por isso, “é verdade que não aceitamos o ‘não’ de uma pessoa em análise por seu valor nominal; tampouco, porém, permitimos que seu sim seja aceito”. (Freud, 1996[1937], p.280) Freud sabia bem que seria ingênuo e ineficiente se prender ao valor nominal (que corresponde ao aspecto locucionário do ato de fala) do que é trazido por uma pessoa em análise.

A análise “visa a induzir o paciente a abandonar as repressões (...) e a substituí-las por reações de um tipo que corresponda a uma condição psiquicamente madura”. (Freud, 1996[1937], p.275) O analisando, seguindo a direção dada pelo analista que o induz a recordar algo que foi por ele experimentado e esquecido, fornece a este como material fragmentos de sonhos, lapsos, associações, repetições, tudo isso permeado na relação transferencial. Neste caso, qual é a tarefa do analista durante este trabalho?

Sua tarefa é a de completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, *construí-lo*. A ocasião e o modo como transmite suas construções à pessoa que está sendo analisada, bem como as explicações com que as faz acompanhar, constituem o vínculo entre as duas partes do trabalho de análise, entre seu próprio papel e o do paciente”. (Freud, 1996[1937], p.276 – grifos no original)

Uma intervenção não precisa ser necessariamente uma frase dita pelo analista; pode ser um determinado tom de voz, ou até mesmo um certo gesto que num momento específico da análise assume o valor de uma interpretação. Freud deixa isso bem claro ao chamar a atenção para a ocasião e o modo como o analista

transmite suas construções, mas já havia atentado para isso muito mais cedo, como podemos perceber em uma passagem de seu livro sobre os atos falhos.

No capítulo dedicado ao esquecimento de nomes e seqüências de palavras, para investigar os motivos de esquecimento de seqüências de palavras na própria língua, Freud descreve uma situação na qual conversava com um amigo e resolveram fazer um teste. O amigo se ofereceu como “cobaia” e se propôs a reproduzir um poema de Goethe (“A Noiva do Corinto”), do qual gostava muito e que acreditava saber algumas estrofes de cor. Ao recitá-lo, no entanto, ele modificou alguns trechos do poema. Freud faz uma pergunta, levantando uma hipótese sobre o motivo que teria levado às modificações, mas pela resposta do amigo o conteúdo de sua suposição estava errado. A pergunta de Freud era se existia também na vida desse amigo diferenças de credo religioso entre ele e uma mulher que almejava se casar, como aquelas que desempenhavam um importante papel no poema. O amigo, contrariado, murmurou um trecho posterior do poema: “Olhe bem para ela! Amanhã estará grisalha.” (Freud, 1996[1901], p.35) e acrescentou que esta mulher era um pouco mais velha que ele. Daí, Freud conclui: “Errei na suposição, mas foi curioso observar como uma única pergunta bem dirigida deu-lhe uma súbita perspicácia, de modo que ele pôde dar como resposta algo de que certamente não tinha conhecimento até então”. (Freud, 1996[1901], p.35)

Transpondo o que se passa nesta conversa para a situação analítica, podemos inferir que nem sempre o conteúdo de uma interpretação precisa ser certo. Muitas vezes uma interpretação é eficaz por sua forma, ou seja, sua força ilocucionária. Uma ordem dada no momento certo, ou uma dúvida que é colocada ou ainda uma certa ironia das palavras do analista, muitas vezes são mais eficazes, provocam mais o paciente, do que uma longa exposição teórica sobre algum conteúdo que surja na análise.

Voltemos ao texto de 1937. Utilizando-se mais uma vez da analogia sempre recorrente em seus escritos do trabalho do arqueólogo e do analista, Freud aponta que a principal diferença entre eles é que para o primeiro, a reconstrução de algo é seu objetivo final, enquanto para o analista a construção é apenas um trabalho preliminar. Mas acrescenta que ser preliminar não quer dizer que ela tenha que ser concluída para que uma outra venha à tona, “o analista completa um fragmento da construção e o comunica ao sujeito da análise, de maneira a que possa agir sobre ele” (Freud, 1996[1937], p.279), ou seja, o objetivo principal da construção é provocar efeitos no paciente.

Freud considera que o fato de falarem pouco nas ‘construções’ em análise é porque, em troca, fala-se nas ‘interpretações’ e seus efeitos, e faz um certo contraponto entre as duas:

Mas acho que ‘construção’ é de longe a descrição mais apropriada. ‘Interpretação’ aplica-se a algo que se faz a algum elemento isolado do material, tal como uma associação ou uma parapraxia. Trata-se de uma ‘construção’, porém, quando se põe perante o sujeito da análise um fragmento de sua história primitiva, que ele esqueceu. (Freud, 1996[1937], p.279)

Ao falar sobre a garantia que o analista possa ter quanto à “correção” de sua construção, Freud afirma que *a priori*, ele não pode ter certeza alguma. No entanto, nenhum dano é causado quando uma construção é “errada”; é apenas perda de tempo, pois, uma construção deste tipo não causará nenhum efeito no analisando. O analista aguardará então a próxima oportunidade, quando surgir um novo material que o permitirá, segundo palavras do próprio Freud, fazer uma “construção melhor”. (Freud, 1996[1937], p.280) Não parece ser à toa que Freud usa o termo ‘melhor’ ao invés de ‘correta’.

Portanto, será pelas reações do paciente após a construção que o analista poderá fazer inferências quanto sua eficácia, isto é, só *a posteriori* poderá ser avaliada.

Só o curso ulterior da análise nos capacita a decidir se nossas construções são *corretas ou inúteis*. Não pretendemos que uma construção individual seja algo mais do que uma conjectura que aguarde exame, confirmação ou rejeição. (Freud, 1996[1937], p.283 – grifos nossos)

Desta passagem podemos inferir que Freud considera que uma construção correta é aquela que é útil. Útil, provavelmente, no sentido de ser capaz de produzir movimento psíquico e assim, gerar mudanças subjetivas significativas. A nosso ver, esse critério de avaliação das construções se assemelha, como dissemos anteriormente, ao critério de felicidade/infelicidade proposto por Austin. Assim, uma intervenção do analista é feliz, quando produz uma mudança, quando instaura algo novo, que venha a contribuir com o processo de análise.

Como definir, portanto, o que se passa numa situação analítica sem cairmos num reducionismo já que é indissociável do que ocorre na prática entre analista e analisando? Certamente não é uma tarefa fácil, mas podemos buscar auxílio em Freud. Na primeira de suas “Conferências Introdutórias Sobre Psicanálise” ao tentar definir de maneira simples em que consistia o tratamento psicanalítico ele diz: “a *conversação* em que consiste o tratamento psicanalítico não admite ouvinte algum; não pode ser demonstrada”. (Freud, 1996[1915],p.27 – grifos nossos) Freud diz que mesmo que um paciente seja apresentado em uma conferência e exponha suas queixas e sintomas, o máximo que estará fazendo é uma *descrição* dos mesmos. “As informações que uma análise requer serão dadas pelo paciente somente com a condição de que ele tenha uma ligação emocional especial com seu médico”. (Freud, 1996[1915],p.27)

A partir dessa passagem e de todas as especificidades da psicanálise que ressaltamos até aqui, podemos apresentar a definição mais abrangente possível a que chegamos quanto ao que consiste a situação analítica: trata-se de uma forma especial de conversação, na qual os atos de fala (tanto do analista quanto do analisando) assumem toda sua força, propiciando a emergência de novas significações e conseqüentemente provocando mudanças (desejadas ou até mesmo inesperadas).

Mais uma vez é possível reforçar essa idéia com colocações do próprio Freud:

Nada acontece em um tratamento psicanalítico além de *um intercâmbio de palavras entre o paciente e o analista*. O paciente conversa, fala de suas experiências passadas e de suas impressões atuais, queixa-se, reconhece seus desejos e seus impulsos emocionais. O médico escuta, procura orientar os processos de pensamento do paciente, exorta, dirige sua atenção em certas direções, dá-lhe explicações e observa as reações de compreensão ou rejeição que ele, analista, suscita no paciente. (Freud, 1996[1915],p.27 – grifos nossos)

Como conceituar a interpretação? Se quiséssemos retirar deste trecho uma conceituação para interpretação, não teríamos uma definição, mas várias. Isto porque em psicanálise não podemos nos referir ao verbo *interpretar* de forma isolada, pois ele pode assumir diversas facetas ao longo da análise de acordo com a relação intersubjetiva em jogo, assim como do momento da análise. Por esse motivo, se tentássemos examinar o ato de interpretar frente às famílias de forças ilocucionárias definidas por Austin perceberíamos que não teria como enquadrá-lo em uma única apenas. Em psicanálise o verbo *interpretar* pode perpassar todas essas famílias, por vezes tendo a força de um compromisso (se configurando como um ato comissivo); outras vezes tendo a força de uma pergunta ou afirmação (ato expositivo); em alguns momentos se expressando como uma ordem (ato exercitativo) etc.

Uma coisa, porém, pode ser dita: na clínica psicanalítica o aspecto ilocucionário do ato de fala destaca-se em relação aos demais – ele aponta para o que é realmente importante na análise, a saber, para o desejo inconsciente presente na relação transferencial.

Pensar na interpretação como ato de fala ou, dito de outro modo, numa interpretação a partir de uma perspectiva pragmática reuniria vários dos elementos apresentados até aqui: ela é feliz quando cria algo novo; quando é capaz de provocar mudanças na relação analista/analizando, assim como provocar mudanças subjetivas no próprio analisando; ela é sempre vinculada ao contexto em que está sendo formulada; sua avaliação (se foi uma boa, ou se foi útil) só pode ser realizada *a posteriori*; sua força ilocucionária destaca-se em relação aos aspectos locucionários ou perlocucionários da fala, porque é atentando para essa força presente no campo transferencial, que o analista poderá vir a forjar uma interpretação mutativa.